

# INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM PRESIDENTE PRUDENTE: A ATIVIDADE DOS CAMELÔS EM QUESTÃO

IVANILDO DIAS RODRIGUES\*  
ANTONIO THOMAZ JÚNIOR\*\*

**Resumo:** O trabalho dos camelôs é, sem dúvida, uma das atividades informais que nos permitem apreciar claramente a dimensão espacial desse fenômeno. Ao territorializar-se de forma fixa, nas cidades, denuncia as determinações que compõem o processo social que o sustenta e que lhe dá fundamento. Ponderemos que a atividade dos camelôs tem deixado de ser uma atividade dos "incapacitados" física, educacional ou intelectualmente. A atividade dos camelôs assume novas dimensões e características em relação à força de trabalho ocupada.

**Palavras chave:** camelôs, trabalho, precarização, desemprego.

---

\* Mestrando em Geografia pela FCT/unesp. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). Orientando do Professor Dr. Antonio Thomaz Júnior. E-mail: ivanildogeo@hotmail.com.

\*\* Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia/ FCT/UNESP/Presidente Prudente; Pesquisador CNPq/PQ/(2B); pesquisador visitante e bolsista em nível de pós-doutorado (CNPq) junto à Faculdade de Geografia e História/Universidade de Santiago de Compostela; coordenador do Grupo de Pesquisa "Centro de Estudos de Geografia do Trabalho" (CEGeT) <[www.prudente.unesp.br/ceget](http://www.prudente.unesp.br/ceget)>; E-mail: [thomazjrgeo@prudente.unesp.br](mailto:thomazjrgeo@prudente.unesp.br)

**A**s idéias presentes neste texto fazem parte de uma discussão preliminar realizada por conta da elaboração da nossa pesquisa em nível de Iniciação Científica em Geografia. Nela, abordaremos o fenômeno que envolve os camelôs em Presidente Prudente, no Oeste do Estado de São Paulo.

Primeiramente, apresentaremos os resultados das nossas investigações junto ao CEGeT<sup>1</sup>, os quais fazem parte dos estudos iniciais relativos ao fenômeno dos camelôs no âmbito local, levando-se em conta alguns determinantes do contexto histórico em que o fenômeno se insere.

Abordaremos, também, questões relativas às transformações no mercado de trabalho no Brasil, enfocando a problemática do trabalho informal, sobretudo após a década de 1990, com a abertura do mercado nacional, somado à nova ordem ditada pelo capital mundializado que traz conseqüências sérias para o mundo do trabalho, afetando diretamente a vida dos trabalhadores<sup>2</sup>.

### Histórico da "camelotagem"<sup>3</sup> em Presidente Prudente

<sup>1</sup> O CEGeT, se propõe a desenvolver estudos e pesquisas sobre diferentes assuntos que recobrem a temática do trabalho. O CEGeT está credenciado junto ao CNPq como Grupo de Pesquisa, desde maio de 2000, e é coordenado pelo Professor Antonio Thomaz Júnior, tendo como linha de pesquisa: "Trabalho e Movimentos Sociais: Processualidade e Dinâmica Territorial da Sociedade". Mais detalhes, consultar a Revista Pegada, versões impressa e eletrônica: [www.prudente.unesp.br/ceget/pegada.htm](http://www.prudente.unesp.br/ceget/pegada.htm)

<sup>2</sup> Para mais detalhes sobre esse assunto ver ANDRADE GONÇALVES; THOMAZ JR. A Informalidade e a precarização do trabalho: uma contribuição a geografia do trabalho. Scripta Nova, Revista Eletrônica de Geografia Y Ciencias sociales, Universidade de Barcelona, vol. VI, n. 119 (31), p. 12, ago. 2002. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-31.htm>

<sup>3</sup> Camelotagem é um termo que no Brasil diz respeito ao fenômeno que envolve os camelôs.

As investigações desenvolvidas com relação à camelotagem, em Presidente Prudente, tem-nos possibilitado enxergar mais nitidamente o cenário composto por tramas e conflitos políticos, no qual os atores sociais envolvidos se relacionam, marcando suas posições. Isso acaba por levar o Poder Público Municipal à tomada de decisões para solucionar um problema que, muitas vezes, foge ao seu controle, por ser fruto de um universo muito mais amplo.

Em nossa pesquisa, procuramos diagnosticar os diversos embates ocorridos entre o Poder Público Municipal, comerciantes formais e informais, que ocorreram ao longo da década de 1990<sup>4</sup>, desde que um grande número de trabalhadores camelôs passou a surgir no quadrilátero central de Presidente Prudente. Esse grupo, ao se multiplicar, gerou descontentamento por parte dos comerciantes do setor formal e dos pedestres. As constantes reclamações que marcaram o período, tanto por parte dos comerciantes por intermédio do Sindicato do Comércio Varejista de Presidente Prudente (SINCOVAPP), assim como por parte dos pedestres, levaram o Poder Público Municipal à tomada de decisões que consideramos simplistas, por terem resolvido paliativamente o problema e gerado outros, impondo, atualmente, desafios tanto no nível da compreensão como da solução.

O fato de se ter apostado na realocação dos camelôs para espaços de grande circulação de pedestres seria solução se o aumento da informalidade do trabalho fosse apenas fruto do desemprego crescente que assolou o Brasil ao longo do período estudado. Pesquisas mais recentes, porém, têm apontado a informalidade como uma tendência do mundo do trabalho, o que nos coloca atentos aos acontecimentos mais recentes no interior do camelódromo de Presidente Prudente.

<sup>4</sup> O fenômeno da camelotagem em Presidente Prudente, pelo que demonstrou a pesquisa, surgiu por volta do ano de 1991 e já havia começado a crescer por volta de 1993.

A construção de camelódromos tem sido a solução encontrada para a questão da camelotagem na maioria das grandes e médias cidades brasileiras. No entanto, apresenta-se como alternativa temporária, uma vez que a questão da camelotagem será definitivamente resolvida a partir da geração de novos empregos no setor formal.

O fenômeno que envolve os camelôs, em Presidente Prudente, tem apresentado transformações

que somente podem ser observadas por meio de pesquisa detalhada, com observação minuciosa, a qual deve levar em conta principalmente a escala geográfica. A gestão societária sugerida pela atual administração pública municipal, no caso da camelotagem, com anúncio de novas regras e providências

para a categoria dos camelôs, têm gerado, como consequência, reordenamento territorial, resultante também de conflitos políticos, econômicos e sociais que assumem seu lugar no centro da cidade.

Durante o desenvolvimento da nossa pesquisa, notamos um conjunto de situações diferenciadas, por meio das quais constatamos a questão do trabalho e suas decorrentes territorialidades, desde as formas clássicas do trabalho assalariado, passando para o

expressivo contingente de trabalhadores que não podem mais ser entendidos como assalariados *tradicionais*, porque estão inseridos na informalidade em suas diferentes faces (domiciliar, camelotagem, etc).

Nossas investigações demonstraram que, em maio de 1993, surgiram os primeiros camelôs na cidade de Presidente Prudente, fato que já incomodava o (SINCOVAPP), Sindicato do Comércio Varejista. Nessa época,

a cidade de

Presidente

Prudente estava

passando por um

momento de

desaquecimento da

economia. Esse

fato, articulado

com outros

elementos

relacionados à

conjuntura

nacional - se

tomarmos como

base os primeiros

meses do ano de

1993<sup>5</sup> - fez com

que toda essa

complexidade

ficasse ainda difícil

de ser percebida

pelos agentes

envolvidos no

fenômeno, em

escala local, assim,

como o surgimento dos primeiros camelôs, o que justifica até certo ponto as soluções simplistas como criação e ampliação de camelódromos.



<sup>5</sup>Último ano do governo de Itamar Franco, em continuidade ao governo do então presidente Fernando Collor de Melo e antecedendo ao primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso.

## Os camelôs e sua inserção na "nova informalidade" do trabalho

Percebemos que, em Presidente Prudente, a problemática inerente os camelôs guarda suas especificidades. No entanto, ela não foge às determinações mais amplas que abarcam a existência desse fenômeno o qual, como em outras cidades brasileiras, está ligado ao desemprego crescente, a uma política econômica recessiva e pouco favorável ao desenvolvimento econômico local.

Nossas reflexões no decorrer da pesquisa nos impõem procurar entender o trabalho informal além da escala nacional. Trata-se, sim, de um fenômeno que ocorre em diversos países ao mesmo tempo, atingindo um enorme contingente de trabalhadores, que vivem o flagelo do desemprego ou trabalham em condições precárias, perdendo direitos institucionais e sem direito ao tempo livre.

A pesquisa permite vislumbrar um cenário de aumento do número de camelôs, que estão se instalando em outros locais da cidade de Presidente Prudente, além das transformações que se dão no próprio camelódromo.

## A precariedade na camelotagem e as mercadorias comercializadas

A maioria das mercadorias comercializadas pelos camelôs é na verdade mercadorias que não passam pelo controle institucional de tributação, e nem por outras formas de controle adotadas pelo Estado. São mercadorias produzidas e comercializadas muitas vezes por um conjunto de trabalhadores inseridos em um contexto de precarização que atinge as mais diversas instâncias: os espaços produtivos e reprodutivos do mundo do trabalho. Por isso, faz-se necessário importante compreender essa dupla dimensão do trabalho e articular cada vez mais todos os espaços produtivos e reprodutivos do trabalho.

No dizer de Alves (2004)<sup>6</sup>, a mercadoria possui uma dimensão objetiva na qual ela não esbarra nas delimitações institucionais. Portanto, o fato de uma mercadoria ser produzida no setor formal ou informal, seja pirata ou não-pirata, não muda sua característica principal. Isso quer dizer que não importa se ela está nas mãos de um contrabandista ou de um comerciante atacadista. Existe uma forma de ser que é da forma mercadoria, a que se impõe e tem o seu próprio estatuto.

Para Alves (2004), o fato de uma mercadoria ser pirata não faz com que ela mude a sua natureza; ela não deixa de ter valor de uso e valor de troca. Talvez, no plano contingente, o fato de uma mercadoria ser pirata faz com que ela tenha um menor preço, por não incidirem sobre ela alguns tributos e taxas. Mas, por outro lado, de um certo modo, no plano da dinâmica, o fetichismo da mercadoria se impõe de qualquer forma, em qualquer condição institucional. Ao impor-se, a mercadoria, oculta, portanto, a sua natureza de produto do trabalho social.

O desenvolvimento de nossas investigações nos coloca atentos às características da mercadoria fetichizada, assim como ao trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias e, também, aos detalhes de difícil visualização, que fazem com que a apreensão da linha que separa o trabalho informal do trabalho formal fique cada vez mais tênue, causando, às vezes, a impressão de essas franjas de trabalhadores informais, assim como as mercadorias que comercializam, fazerem parte de um circuito deslocado ou paralelo à produção capitalista. Portanto,

<sup>6</sup> Depoimento de Giovani Alves professor da UNESP de Marília por ocasião da V Jornada Sobre o Trabalho organizada pelo CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho), realizada nos dias 09 a 10 de setembro de 2004 na FCT/UNESP de Presidente Prudente, cujo tema era: Sociedade e Trabalho no Brasil: Concertação e Emancipação Social no Século XXI. (fonte oral).

entendemos que devemos estar investigando as relações de fundo que estão na base. Logo acima aparecem os elementos contingenciais, institucionais e até políticos desse fenômeno. Segundo Alves (2004), o segredo dessa categoria de fetichismo da mercadoria é algo que está, na estrutura dessa forma de ser do produto social, naquelas condições de uma sociedade mercantil onde então ela se impõe.

Faz-se oportuno lembrar, a título de exemplo o caso da China, como alerta ao para o fato de estarmos discutindo muito pouco sobre aquilo que ocorre no país: o que pode ser a última fronteira de modernização em termos do sistema mundial. No dizer de Alves (2004), na China, a mercadoria está se impondo com todo fulgor, ocorrendo a explosão da lógica do fetiche da mercadoria, de investimentos da produção e da exportação.

### As dificuldades de organização

Entendemos que há uma complexa *teia* atrelada à informalidade do trabalho. Esse tema tem um caráter estratégico para os sindicatos. Atualmente, discute-se sobre a necessidade de organizar esses trabalhadores, sob pena de os sindicatos perderem cada vez mais seu espaço de atuação e poder político, tendo em vista a diminuição do número de trabalhadores formais que constituem a sua base de representação. No entanto, apesar de algumas tentativas de organizar os trabalhadores informais – como o Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de São Paulo e seus similares, em outras cidades – assim como a organização dos trabalhadores informais em associações, nota-se que não se atingiu tal objetivo. Pelo que podemos vislumbrar, há um aumento crescente de trabalhadores que ingressa nas diversas atividades relacionadas à informalidade, sobretudo mulheres e jovens.

Além disso, algumas questões se colocam ao tentarmos vislumbrar como os

trabalhadores informais poderiam ser organizados em sindicatos, associações ou cooperativas etc. Por exemplo: Como seriam essas formas de organização? Quais franjas do trabalho informal um sindicato poderia abranger? Ou seja, seria possível existir, com êxito, um sindicato de trabalhadores informais?

Em nossa investigação junto aos camelôs de Presidente Prudente, tentamos observar "in locu", algumas tentativas de organização. Entre elas, constatamos a formação de um sindicato, SIMPRECOESP, (Sindicato dos Prestamistas e Camelôs de Presidente Prudente SP). Nesse caso, na nossa percepção, trata-se ainda de uma forma incipiente de organização, que tem encontrado inúmeras dificuldades de implementação.

Santos (2004)<sup>7</sup> nos dá importantes pistas para avançar nesse entendimento, ao afirmar que a organização dos trabalhadores informais em sindicatos torna-se extremamente difícil por tratar-se de uma categoria complicada, uma vez que o trabalhador informal geralmente tem um baixo nível de consciência de classe. Na maioria das vezes, trata-se de um trabalhador com pouca qualificação, pouco politizado e que, quando é inserido na informalidade, passa a se entender muito mais como um proprietário ou um patrão de si mesmo do que realmente pertencendo a um universo maior que é o da classe trabalhadora.

Santos (2004) salienta ainda que a informalidade do trabalho ocupa mais de 50% dos que poderiam ser chamados assalariados, proletariados ou classe trabalhadora. Porém, os sindicatos não conseguem penetrar nessas

<sup>7</sup> Depoimento de Ariovaldo Santos professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL), por ocasião da V Jornada Sobre o Trabalho organizada pelo CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho), realizada nos dias 09 a 10 de setembro de 2004 na FCT/UNESP de Presidente Prudente, cujo tema era: Sociedade e Trabalho no Brasil: Concertação e Emancipação Social no Século XXI. (fonte oral).

franjas de trabalhadores. Na medida em que veio a reestruturação produtiva, o sindicalismo ficou preso à defesa dos trabalhadores estáveis, deixando de lado os trabalhadores informais, que foram crescendo em quantidade e, nesse crescimento, continuaram desorganizados e despolitizados.

Do ponto de vista político e partidário, a discussão da organização dos trabalhadores informais, encontra obstáculos burocráticos, que impedem sua implementação. Essa organização fica, assim, para a esfera sindical que, além de enfrentar as complicações dessa categoria de trabalhadores, vive a limitação de ser imediatista e não valorizar devidamente a reflexão teórica, quase sempre ficando presa ao imediatismo (Santos, 2004, *V Jornada sobre o Trabalho - fonte oral*).

### Considerações finais

Nossa preocupação central, ao estudar a camelotagem em Presidente Prudente, é pensar sobre o sentido do trabalho na sociedade do capital. Entendemos o trabalho como categoria ontológica da existência do ser humano, na relação metabólica sociedade-natureza, de maneira a compreender como essa relação se torna polissêmica sob a ordem do movimento de reprodução do capital, o que confere à sociedade as mais variadas expressões espaciais e territoriais, com base na dinâmica do trabalho.

Propomo-nos sim, a compreender a dinâmica geográfica da sociedade, a partir da territorialidade, da desterritorialidade e da reterritorialidade do trabalho, ou das diversas formas de expressão do trabalho e seus significados nos lugares, mais especificamente os camelôs, entendendo, como afirma Antunes (1999), que a classe trabalhadora hoje não diminuiu; ela aumentou e é mais heterogênea mais fragmentada.

Dessa forma, mesmo fugindo ao regramento tributário, fica claro que a atividade dos camelôs, articulados a outras franjas do trabalho informal, não se desvincula do movimento geral de reprodução do capital. Ao contrário, essa categoria de trabalhadores colabora com o mercado de forma direta, pois faz com que as mercadorias sejam comercializadas em grandes quantidades, sem nenhum prejuízo ou custo adicional para as empresas fabricantes, as quais não têm nenhuma obrigação ou gasto extra com a força de trabalho empregada na comercialização de seus produtos, pouco importando se as vendas estão sendo realizadas por meio da camelotagem, em barracas, ou por trabalhadores mais capacitados, com ou sem registro em carteira, etc. O importante, nesse movimento, é que as mercadorias sejam consumidas, vendidas, e que promovam a distribuição/circulação de renda, momento imprescindível para a reprodução ampliada do capital.



### Bibliografia

GONÇALVES, M. A; THOMAZ JR. A Informalidade e precarização do trabalho: uma contribuição a geografia do trabalho. **Scripta Nova, Revista Eletrônica de Geografia Y Ciencias sociales**, Universidade de Barcelona, vol. VI, n. 119 (31), p. 12, ago. 2002. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-31.htm>

- GONÇALVES, M. A.; SANTOS, S. C. **Aspectos da economia informal em Presidente Prudente - SP**. Presidente Prudente: FCT, 1995. (Relatório de Estágio apresentado ao Depto. de Planejamento da FCT/UNESP).
- GONÇALVES, M. A. **A territorialização do trabalho informal em Presidente Prudente: um estudo dos catadores de papel e dos camelôs em Presidente Prudente - SP**. (Dissertação de Mestrado apresentada na FCT/Unesp, 224f, p. 5-220) Presidente Prudente, 2000.
- MALAGUTTI, L. M. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salário**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- MOREIRA, R. Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço e do trabalho. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 2, n. 16, p. 4-8, mai/ago 2000.
- NAKATANI, P. "A questão metodológica na discussão sobre a centralidade do trabalho". In: **"Análise Econômica"**. Porto Alegre (RS), Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, v. 19, n. 35, mar. 2001.
- RODRIGUES, I. D. THOMAZ JR., A. **Informalidade e precarização do trabalho: a camelotagem em Presidente Prudente**. (Projeto de iniciação científica em desenvolvimento na FCT/Unesp) Presidente Prudente, 2004.
- SABADINI, M. S. "A economia brasileira nos anos 90: retorno ao velho liberalismo econômico" **XIV ENE**, Recife, (PE), 2001.
- TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.
- THOMAZ JR., A. **Reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho**. Presidente Prudente, 2004. (mimeogr.).
- THOMAZ JR., A. Reflexões introdutórias sobre a questão ambiental para o trabalho e para o movimento operário nesse final de século. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru, v. 2, n.16, maio. ago. p. 15 – 21, 2000a.
- THOMAZ JR., A. Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade? **COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA**, 2. Barcelona, 2000b, Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/thomazjr.htm>
- THOMAZ JR., A. Por uma Geografia do Trabalho. **COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA**. 4. Barcelona, 2002b. Disponível em: [www.ub.es/geocrit/c4-atboj.htm](http://www.ub.es/geocrit/c4-atboj.htm)
- THOMAZ JUNIOR, A. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da "leitura" geográfica. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 9, n.1, p. 96-103, jan/abr. 2003a.
- THOMAZ JUNIOR, A. A (des)ordem societária do trabalho. (Os limites para a unificação orgânica). **SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, 2. Anais. São Paulo, 2003b.
- THOMAZ JR., A. A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO**, 4. CD-ROM Havana, 2003c.



### Informalidad y precarización del trabajo en Presidente Prudente: la actividad de los vendedores callejeros en cuestión

#### Resumen

El trabajo de los vendedores callejeros es, sin duda, una de las actividades informales que nos permiten apreciar claramente la dimensión espacial de este fenómeno. Al territorializarse de forma fija, en las ciudades, denuncia las determinaciones que componen el proceso social que lo sustenta y que le da fundamento. La actividad de los vendedores callejeros ha dejado de ser una actividad de los "incapacitados" física, educacional o intelectualmente. La actividad de los vendedores callejeros asume nuevas dimensiones y características en relación a la fuerza de trabajo ocupada.

Palabras claves: **vendedores callejeros, trabajo, precarización, paro.**

